

STELA NOVO ZECA

Participação da mulher nos programas de desenvolvimento é uma questão de justiça social

- Secretária do Estado na Província de Sofala, Stela Zeca, defendeu nesta segunda-feira, na Cidade da Beira, a inclusão da mulher nos programas de desenvolvimento, pois segundo refere, a inclusão da mulher é uma questão de justiça e deve ser tratada como uma prioridade.

BEIRA – A secretária do Estado na Província central de Sofala Stela Pinto Novo Zeca falava na abertura da “Conferência sobre Mulher, Paz e Segurança”, organizada pelo Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD) em parceria com a Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital (UNCDF), através do Programa de Desenvolvimento Local para a Consolidação da Paz iniciativa (DELPAZ).

“Estamos aqui em mais um evento que visa enaltecer o papel da mulher no processo de desenvolvimento. E como se tem dito é uma questão de justiça social. Nosso país, de acordo com o Censo de 2017, é constituído maioritariamente por moçambicanos do sexo feminino, ou seja, moçambicanas e não faz sentido que este maior número da população não esteja a participar como era esperado no processo de desenvolvimento. Portanto, todas estas acções são uma questão de justiça social.”, referiu. A governante enfatizou as políticas internacionais e nacionais que apontam para a necessidade do alcance da igualdade do género e empoderamento da mulher e rapariga. “Muitos são os instrumentos, muitos são os encontros, muitas são as conferências, mas há questões que a cada momento nós devemos reflectir se tudo está de acordo ou alinhado com aquilo que são as nossas práticas”, disse a Secretária do Estado, desafiando os partidos políticos a adoptarem práticas que contribuam para a promoção da paz. “Se nós continuarmos a falar uma coisa e a prática ser diferente, provavelmente não teremos os resultados que desejamos”, vamos nos despir (das diferenças partidárias) e trabalharmos em conjunto para que a participação da mulher nos processos de paz e de desenvolvimento sejam realmente uma prática, ou seja, que passemos dos discursos para as intenções e comecem a demonstrar-se em acções.”, referiu. Por sua vez, o Dércio Alfazema, director de Programas do IMD, falou da necessidade urgente de se melhorar o cenário a fim para que as mulheres possam exercer o seu pleno potencial como agentes da paz. “As decisões que são tomadas nas mesas de negociação tem impacto em toda a sociedade, e não apenas nos contendores do conflito. Por isso em qualquer agenda ligada à paz, a promoção da segurança, estabilidade política e reconciliação nacional, a mulher deve fazer parte para dar a sua sensibilidade e contribuição”, referiu Alfazema, acrescentado que “as mulheres precisam de ter mais voz e espaço na defesa e protecção dos seus interesses sociais, políticos e económicos para que os desígnios da igualdade de género na sociedade pós-conflito sejam sempre tidos em consideração, até porque, em todas as situações conflitos ou de instabilidade, incluído os registados na zona Norte e Centro do país, têm sido as mais afectadas directa e indirectamente”, referiu. O representante do UNCDF, Louis Helling, falou do compromisso da União Europeia no apoio às iniciativas de promoção da paz, baseada num estudo que aponta para a exclusão como um dos factores de vulnerabilidade. “E estas análises e diagnósticos sugeriram que a percepção da exclusão por parte de alguns grupos da sociedade é uma consequência, mas também uma força motriz do conflito. Esta percepção de exclusão deve ser colmatada. O país é único, a população é única, a sociedade é única, então todos devem se sentir parte do processo da paz e do desenvolvimento.” Reiterou o apoio às iniciativas que promovam a inclusão da mulher, que muitas vezes têm sido as principais vítimas dos conflitos. “Para todos os parceiros de implementação de DELPAZ, a importância da presença da mulher, da voz feminina na governação, no diálogo para a paz e assegurar que os benefícios da paz cheguem para as mulheres em todos os escalões, é fundamental. A mulher, por um lado, muitas vezes sofre mais as consequências dos conflitos e como responsável pela vida familiar não pode escapar às consequências negativas das rupturas da economia e da sociedade. Mas por outro lado, ela também é protagonista nos processos de paz”, referiu acrescentando ser necessário ouvir e “prestar atenção às aspirações das ligas femininas dos partidos políticos. A conferência contou com a presença de representantes Secretária de Estado da Província de Sofala, de entidades diplomáticas e internacionais, com destaque para as Nações Unidas, assim como, Presidentes de Assembleias Provinciais de Sofala e Manica, organizações da sociedade civil, entidades religiosas, partidos políticos e académicos. A Conferência sobre Mulher, Paz e Segurança decorreu no quadro das comemorações do 29º aniversário do histórico Acordo Geral de Paz assinado em Roma a 4 de Outubro de 1992.